



## CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Plenário "Papa João Paulo II"

Comissão de Justiça e Redação

**Projeto de Lei nº:** 105/2025

**Proponente:** Flávio Volponi

**Relator:** Wantuil Schultz

**Regime de tramitação:** Normal

Projeto de Lei nº 105/2025, que Denomina de "Capela Nilton Grijó", a capela mortuária localizada na Rua Frederico Ozanan, nº 62, Centro de Viana, ao lado do cemitério de Viana. Constitucionalidade. Legalidade.

### 1. RELATÓRIO

Trata-se da análise do Projeto de Lei nº 105/2025, de autoria do Vereador Flávio Volponi, que denomina de "Capela Nilton Grijó", a capela mortuária localizada na Rua Frederico Ozanan, nº 62, Centro de Viana, ao lado do cemitério de Viana.

A proposição foi devidamente encaminhada à Comissão de Justiça e Redação, nos termos regimentais, para apreciação quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa.

A propositura segue acompanhada da devida justificativa, destacando a relevância da homenagem prestada e a importância do equipamento público para a comunidade local.

Compete a esta Comissão manifestar-se quanto aos aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa da proposição.

Instada a se manifestar, a Procuradoria desta Casa opinou pela legalidade, constitucionalidade e regular técnica legislativa.

Eis o relatório.

### 2. VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Justiça e Redação (CJR) opinar sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições, conforme o art. 61, inciso I, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Viana.

A Constituição Federal, em seu art. 30, inciso I, confere aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local, o que abrange a denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

O projeto não invade competência da União ou do Estado, não cria encargos financeiros, nem contraria normas constitucionais ou legais.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Plenário "Papa João Paulo II"

Comissão de Justiça e Redação

Observa-se, ainda, que a matéria respeita as normas de técnica legislativa previstas na Lei Complementar nº 95/1998, e está redigida de forma clara e objetiva.

Cumprir registrar que o ato de denominação de bens públicos constitui manifestação simbólica do poder público municipal, visando preservar a memória local e reconhecer a relevância de pessoas ou fatos para a comunidade.

Deste modo no exame do PLO nº 105 de 2025, não verificamos óbices quanto à constitucionalidade e legalidade.

### **3. CONCLUSÃO**

---

Em face do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 105 de 2025.

Viana/ES, 10 de novembro de 2025.

**WANTUIL SCHULTZ**  
Vereador – Relator



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://cmviana.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310031003700390032003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Wantuil Schultz** em 10/11/2025 11:08

Checksum: **988C4F05473D373E5FF3D50BFAD75AB63014BF2159CA09013582DF0BC0B3E90**



Autenticar documento em <https://cmviana.splonline.com.br/autenticidade>  
com o identificador 310031003700390032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.